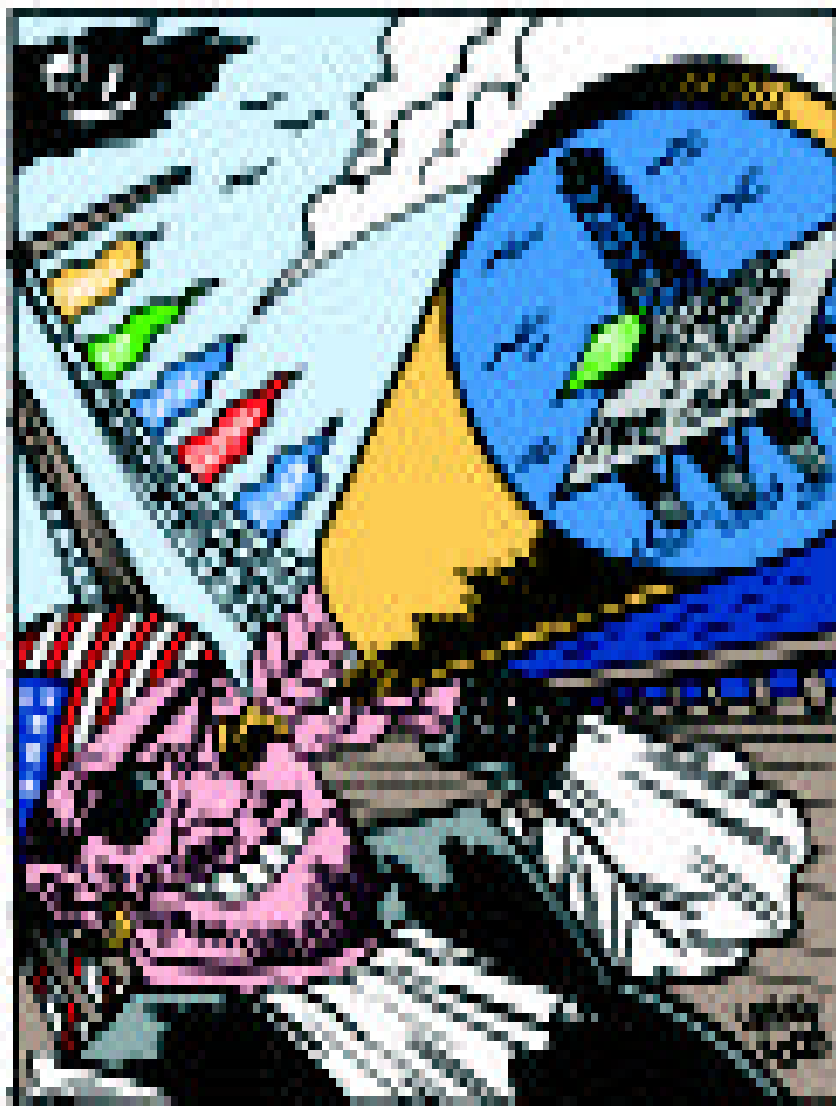


## Luta contra a privatização do petróleo e do gás

Não à entrega do nosso patrimônio às empresas de petróleo transnacionais

O Brasil acaba de descobrir uma nova província, a do pré-sal, com perspectiva de uma reserva de 90 bilhões de barris. Isso colocaria a Petrobras como a quarta maior reserva mundial, com 104 bilhões de barris. As três primeiras estão no Oriente Médio – Arábia Saudita, Iraque e Irã. Muito embora a reserva dê uma tranquilidade muito grande ao país, não se pode conceber que a União, que é dona do petróleo brasileiro pela Constituição, por conta de um artigo absurdo da Lei do Petróleo – o artigo 26, que dá propriedade do petróleo a quem produzir – entregue este patrimônio às petrolíferas transnacionais.

O artigo é conflitante com outros artigos da Lei: o artigo 3º diz que as reservas são propriedades da União e o artigo 21 diz que o produto da lavra do petróleo também é da União. Este foi um dos temas abordados no Seminário Nacional contra a Privatização do Petróleo e do Gás Brasileiros realizado na Associação Brasileira de Imprensa – ABI. As mais de 60 entidades presentes iniciaram uma articulação para retomar a luta contra a entrega do patrimônio nacional. Os avanços do debate para os movimentos e a proposta de sensibilizar o país para a importância de manter sob controle da sociedade um bem de tamanho valor estratégico como o petróleo são algumas das questões abordadas na entrevista por Fernando Siqueira, Diretor de Comunicações da Associação dos Engenheiros da Petrobras (Aepet), que entre outras denúncias, afirma: “o artigo 26 foi totalmente elaborado pelos lobbys internacionais”. (Continua na pág. 4)



## EDITORIAL

Investimentos  
& Direitos

Enquanto o Rio vem enfrentando, com um misto de perplexidade e indignação, o aumento do número de vítimas da Dengue e prevê novas epidemias em 2009, alguns municípios, sem registro de óbitos, são apontados como modelos na eficácia de estratégias implantadas no controle ao *Aedes aegypti*.

Administrações municipais enfrentam a doença e empregam em políticas públicas os recursos oriundos dos impostos pagos por cada cidadão, especialmente nas áreas de saneamento básico. Prefeituras exportam para além de seus territórios o modelo de gestão bem sucedido, cuja receita parte de razões óbvias e de uma premissa básica: a visão de desenvolvimento tendo como foco a universalização dos direitos.

É este o caminho que deveriam percorrer os investimentos em infra-estrutura, projetos nas áreas de saúde, educação, habitação, abastecimento de água e tantas outras que trazem qualidade às nossas vidas.

A desvalorização dos profissionais e da engenharia nacional é consequência do quadro dramático de uma total ausência, nesta linha, de uma política desenvolvimentista.

Não é por acaso que a Dengue é uma doença que afeta praticamente todos os países da América Latina. O descaso absoluto no trato da coisa pública levou o Rio e leva, no continente, a população pobre ao desespero, refém de práticas que a penalizam pelas mortes há muito anunciadas.

A Dengue é o retrato da falta de respeito aos direitos mínimos do cidadão, da ausência do estado na construção de um projeto de sociedade que visa o bem comum e valoriza a vida.

(A Diretoria)

Teses em  
debate

Dando continuidade ao debate nacional sobre o papel da engenharia rumo a um desenvolvimento com inclusão social, o 8º Congresso Nacional de Sindicatos de Engenheiros, a ser realizado de 3 a 6 de setembro de 2008, em Florianópolis, Santa Catarina, já recebeu as teses que irão subsidiar a reflexão nacional sobre temas da maior importância para o país. Luiz Pinguelli Rosa (Energia e Meio Ambiente), Vito Giannotti (Organização Sindical) e Paulo Roberto da Silva (A Engenharia na Construção da Sustentabilidade) estiveram reunidos com representantes dos Senges para que as teses sejam disseminadas nos Estados. Dias 28 e 29 de abril, no auditório do Sengen-RJ, os autores apresentaram suas idéias e propostas como um primeiro passo para a consolidação de um dos maiores eventos do calendário político dos Sindicatos de Engenheiros associados à Fisenge.



## 25 anos do Seagro-SC

O Sindicato dos Engenheiros Agrônomos de Santa Catarina (Seagro-SC) comemorou 25 anos de lutas em abril. Para celebrar, haverá o lançamento de uma revista especial resgatando a história da entidade, assim como uma homenagem ao Jubileu de Prata da instituição. O evento será realizado durante o 6º Congresso Estadual de Engenheiros Agrônomos (CEAA), entre os dias 14 e 16 de maio.

## A reinvenção do sindicalismo

Já está disponível o caderno "A reinvenção do sindicalismo", mais um título da série "Edições Fisenge", iniciativa que se insere na nova cultura de comunicação da entidade. A publicação, que reúne o conteúdo da IV Conferência Mundial das Associações de Engenheiros e Cientistas, realizada em maio de 2007, no Rio de Janeiro, foi lançada no final de março, durante a 3ª Conferência Mundial da UNI (*Union Network International*), em Melbourne, Austrália. A proposta é contribuir para desenvolvimento da profissão a partir da construção de um modelo sindicalista adequado aos novos tempos.

## Engenheiros da CEF promovem ato nacional

Os engenheiros da Caixa Econômica Federal promoveram, no dia 29 de abril, um ato nacional pela jornada de trabalho de 6h e unificação interna dos Planos de Cargos e Salários (PCSs) das carreiras profissionais da Caixa. Os engenheiros da Caixa têm hoje dois PCSs e uma reestruturação da tabela salarial de 2006, o que acarreta uma série de distorções para os trabalhadores, segundo o diretor do Sengen-MG, Daniel Meinberg. O ato foi articulado pelos Senges, sindicatos dos bancários e Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf). Mais detalhes sobre o ato serão publicados em breve no site da Fisenge.

fisenge

FEDERAÇÃO INTERESTADUAL DE SINDICATOS DE ENGENHEIROS

**DIRETORIA EXECUTIVA:** Olímpio Alves dos Santos - RJ - Presidente: Carlos Roberto Bittencourt - PR - Vice-presidente: Roberto Luiz de Carvalho Freire - PE - Diretor Tesoureiro: Antônio Dias Vieira - MG - Secretário Geral: Paulo Cesar N. Granja - RJ - Diretor de Relações Sindicais: Fernando Elias Vieira Jogaib - VR - Diretor Executivo: Ubiratan Félix Pereira dos Santos - BA - Diretor Executivo: Alméria Vitória Carniato - PB - Diretora Executiva: José Ezequiel Ramos - RO - Diretor Executivo

Coordenadora de Comunicação: Tânia Coelho - Jornalista Responsável: Eduardo Pacheco MTE: 29.101/RJ  
Diagramação: Leonardo Santos - Tiragem: 2.000 exemplares; Impressão: Gráfica Falcão  
Fisenge: Av. Rio Branco, 277 - 17º andar - CEP 20040-009 - Centro - Rio de Janeiro - RJ  
Tel: (21) 2533-0836 - Fax: (21) 2532-2775 - E-mail: fisenge@fisenge.org.br Site: www.fisenge.org.br

## VITÓRIA HISTÓRICA

# Centrais sindicais reconhecidas legalmente

O dia 31 de março de 2008 ficará marcado na história das lutas sindicais por uma conquista do movimento em relação à defesa dos trabalhadores. O presidente Luis Inácio Lula da Silva sancionou a Lei nº 11.648 que reconhece formalmente as centrais sindicais como representação geral dos trabalhadores, constituída em âmbito nacional.

A lei é fruto do Projeto de Lei 1990/07, aprovado em 11 de março no Congresso Nacional, que já reconhecia o poder de representação jurídica das centrais sindicais para agirem em favor da classe.

A vitória contou, ainda, com o bom-senso do presidente Lula que vetou um artigo proposto pelo deputado Antonio Carlos Pannuzio (PSDB-SP) que, por sua vez, tentava diminuir a autonomia das centrais, obrigando as entidades a prestarem contas ao Tribunal de Contas da União (TCU) sobre o uso dos recursos do imposto sindical obrigatório.

Pela lei, as entidades irão experimentar uma nova forma de distribuição da contribuição sindical, que hoje representa 3,3% do salário do trabalhador, onde as verbas arrecadadas serão repassadas ao sindicato (60%), à Federação (15%), à Confederação (5%) e para o financiamento do salário-desemprego do trabalhador (10%). O restante (10%) será administrado pela própria central.

Para ser reconhecida legalmente, a central deverá obedecer a um conjunto de medidas acordadas entre lideranças sindicais e do governo, dentre elas a filiação de pelo menos 100 entidades que representem 7% ou mais dos empregados sindicalizados no país, de no mínimo cinco setores de atividade econômica. Será necessário, também, que as filiações englobem as cinco regiões geográficas do país, com ao menos 20 sindicatos para cada região. Hoje, apenas seis centrais atingem os critérios de representatividade, em um total de 17.

## IMPOSTO GERA DIVERGÊNCIA

Se a questão da legalização das centrais tornou-se consenso entre as principais organizações sindicais, o mesmo não se pode dizer em relação à manutenção do imposto de 3,3%.

A Central Única dos Trabalhadores (CUT), por exemplo, é contra a cobrança obrigatória, afirmando que isto implica em um atrelamento maior dos sindicatos ao Estado, e já busca alternativas para torná-lo negociável.

Por outro lado, o núcleo formado por Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), Nova Central e pela Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB) contesta o fim do imposto sindical, sobretudo em regiões com baixas concentrações.

A grande maioria argumenta que o fim da taxa implicaria no fechamento de um número incalculável de entidades sindicais.

## Campanha nacional dos eletricitários 2008

### Coletivo cobrou pagamento imediato logo após a reunião do Consise

Foi assinado, no dia 16 de abril, na sede da Eletrobrás, no Rio de Janeiro, o termo de pactuação de metas da PLR 2007, pelo coordenador do CNE e secretário de energia da FNU, Franklin Moreira. Aproveitando a presença do diretor de administração do Grupo Eletrobrás, Miguel Colassuono, o coordenador do CNE reafirmou a importância do pagamento das duas folhas seja efetuado imediatamente após a reunião do Consise, 06 de maio. A expectativa é que esse momento positivo por qual passa o setor elétrico nacional, com a criação de uma "Nova Eletrobrás", totalmente renovada com capacidade de conduzir mais fortemente o desenvolvi-

mento econômico nacional, se reflita agora na PLR 2007, com o pagamento para todos os trabalhadores das empresas na mesma data. É sempre importante registrar que os trabalhadores cumpriram todas as rigorosas metas estabelecidas pela holding. Por isso, se faz fundamental o reconhecimento deste esforço da categoria por parte da direção da Eletrobrás.

De acordo com a deliberação do planejamento da campanha salarial foi criado um Blog específico para o ACT 2008: <http://campanhasalarialdosetoreletrico2008.blogspot.com/>

O espaço é dedicado às negociações que começaram no dia 10 de abril.

## A nova Eletrobrás

A Eletrobrás está passando por um plano de reestruturação nos moldes do que ocorreu com a Petrobras, visando à internacionalização da empresa, com ênfase na integração regional com os países vizinhos da América do Sul. O ministro de Minas e Energias, Edison Lobão, garantiu que a nova Eletrobrás elevará a capacidade de abastecimento no país e assegurou a liderança da 'superestatal' para o desenvolvimento de novos projetos no subcontinente.

ENTREVISTA **FERNANDO SIQUEIRA**, diretor de comunicação da AEPET

# Estamos no limiar de um irreversível choque mundial do petróleo



Eduardo Pacheco

(Continuação da primeira página)

## Por que se diz que o petróleo é um bem de valor estratégico?

Estamos no limiar do terceiro e irreversível choque mundial do petróleo, porque a produção mundial está chegando no pico de 87 milhões de barris por dia e a demanda está empatando com ela. Só que a oferta está com uma tendência irreversível de queda, enquanto a demanda, com força da China, Índia e Estados Unidos, está em constante ascensão. Portanto, a partir desse ano ainda, a demanda vai superar a oferta e isso cria de imediato a elevação também irreversível dos preços. O barril de petróleo custa hoje cerca de US\$ 100, com perspectivas de chegar, em 2015, a US\$ 180 e, em 2020, a US\$ 300. Então, o petróleo é um bem absolutamente estratégico, além do fato de que essa província (do pré-sal), se tiver os 90 bilhões de barris esperados, representará um patrimônio de US\$ 9 trilhões.

## O fato dos Estados Unidos estarem numa situação crítica interfere?

Os Estados Unidos consomem internamente cerca de 8 bilhões de barris por ano. Suas bases militares, somadas às transnacionais norte-americanas espalhadas pelo mundo, consomem outros 7 bilhões. Um país que consome 15 bilhões de barris por ano e tem reservas de apenas 29 bilhões está em uma situação extremamente crítica. Por isso, invadem o Iraque, o Afeganistão, tentam derrubar o Chávez na América Latina, e agora, certamente, vão pressionar o Brasil para entregar o petróleo da bacia do pré-sal.

## Como se dá a pressão sobre o Brasil?

No 9º leilão, havia 41 blocos em volta do campo de Tupi e o governo retirou corretamente esses blocos, após a des-

coberta feita pela Petrobras. Só que agora há uma pressão feita pelos Estados Unidos para que o Brasil venda esses blocos por um valor irrisório, pagando de 10 a 45% de participação, sendo que a média mundial dos países produtores é ficar com 84% do petróleo produzido. Nossa campanha junto à sociedade é para mudar esse artigo 26 e garantir o controle do petróleo brasileiro para a população. Não somos contra a venda de petróleo para os EUA, apenas queremos que o Brasil o faça de forma soberana. Quer dizer, vender esse petróleo para os Estados Unidos, mas dando de retorno ao povo brasileiro pelo menos os 84% referente à média mundial e não 10 a 45%, como é agora. Estivemos conversando com o presidente da CNBB, Dom Geraldo Lyrio, com a OAB e com diversas entidades, inclusive com um depoimento na Procuradoria Geral da República, onde a procuradora que nos atendeu solicitou à ANP que suspendesse os leilões.

## O lobby internacional alega que privatizar o petróleo é uma questão de modernizar o setor.

Muito se falou em modernidade, na época da privatização, e esse conceito hoje está mudando. Por exemplo, a Rússia optou pelo capitalismo e quebrou. Só agora o Putin está recolocando a economia russa nos eixos, através da estatização. Ele reestatizou a Gazprom, que é uma das maiores companhias de petróleo do mundo, e a Rússia tem 25% do gás mundial. A Gazprom é a principal companhia russa que controla o gás. Assim, as 5 irmãs internacionais – Exxon/Chevron, British Petroleum/Amoco, Total/ELF/Fina, Shell, REPSOL/IPF/Atlantic – se fundiram para a sobrevivência e têm 6% das reservas mundiais. As 7 irmãs estatais – Saudi Aramco, na Arábia Saudita, ENOC, no Irã,

Gazprom, na Rússia, PetroChina, que é a maior empresa de petróleo do mundo, PEMEX, no México, PDVSA, na Venezuela, e a Petrobras, juntas, têm mais de 60% de propriedade sobre o petróleo mundial. Então, moderno é isso: controle do Estado sobre um bem de tamanha importância estratégica como o petróleo.

## Há também a privatização da Petrobras, que aconteceu silenciosamente, com a venda das ações. Como está essa situação hoje?

O governo FHC mudou a lei 2004, que não permitia a venda de ações para estrangeiros. Com a adoção da lei 9.478, totalmente “lobbyzada” no Congresso, vendeu 40% das ações da Petrobras na Bolsa de Nova Iorque. Hoje, o acionista americano tem 40% dessas ações em títulos cotados em dólares. No ano de 1999, quando o dólar chegou a quase R\$ 4, a Petrobras tinha que dar 67% de rendimento nas ações nacionais para pagar o dividendo desses 40% lá nos EUA. Esse percentual continua hoje. O governo só detém 32% do capital social total da Petrobras, e o BNDES mais 8%. Na realidade, o governo tem 54% das ações ordinárias, que representam 40% do capital social da Petrobras. Então, tem 2,5% com o pessoal que comprou pelo Fundo de Garantia, e 57,5% que estão nas mãos de privados, a grande maioria em poder de empresas estrangeiras. Com isso, o lucro da Petrobras tem uma remessa de dividendo brutal para fora do país. Essas ações da Petrobras (40%) foram vendidas por aproximadamente R\$ 20 bilhões. Hoje, esse patrimônio vale US\$ 200 bilhões. O campo de Tupi possui 90 bilhões de barris, que valem 9 trilhões de dólares. Se isso for propriedade da Petrobras, o acionista americano vai receber 3,6 trilhões de dólares. A sociedade brasileira não pode aceitar essa situação.